



CORAGEM PARA MATAR

Estado Policial

ASSASSINA A DEMOCRACIA

Você pode ser a próxima vítima do viés ideológico da comandante-em-chefe da Brigada Militar Yeda Crusius

Chama-se de Estado Policial o "tipo de organização estatal baseado fortemente no controle da população, principalmente opositores e dissidentes, por meio da polícia política, das forças armadas de guardas civis e outros órgãos de patrulhamento e repressão política. O Estado Policial é um dos aspectos do totalitarismo e de sua ideologia", explica um verbete de enciclopédia.

No Brasil, a suposta vítima do Estado Policial pode ser o banqueiro Daniel Dantas, denunciado por crimes financeiros e condenado em primeiro grau por tentativa de suborno. Ou pode ser o sem terra Elton Brum da Silva, assassinado pelas costas com um tiro à queima roupa disparado pela Brigada Militar em São Gabriel - seis dias depois da morte, a Secretaria de Segurança Pública informou que o disparo foi feito por um soldado. Nenhum jornalista teve acesso às imagens que, supostamente, revelam o momento e o autor do disparo.

Fatos e versões

Nos bastidores, as informações trazem outra versão, ainda sem comprovação. O tiro teria sido disparado por um tenente-coronel da BM. Sem qualquer assistência jurídica para sua defesa, o soldado teria sido orientado a assumir a culpa, supostamente para defender um colega de farda. "Não vai dar em nada, você será absolvido",

teria ouvido. O soldado teria consultado um criminalista depois de confessar o que não cometeu. Teria verificado que, muito provavelmente, será denunciado e irá a júri popular. Como não estaria mais disposto a sustentar sua confissão em juízo, a alta hierarquia da segurança pública, ainda sem saber o que fazer, mantém o nome do autor do homicídio em sigilo.

Para piorar, no dia 2 de setembro, a Folha de S. Paulo revelou, com exclusividade, que a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos vai denunciar a tortura física e psicológica de crianças, bem como o uso de armas de choque elétrico na ação da Brigada Militar em São Gabriel. Triste ironia do destino. Yeda Crusius fez julgamento circense de manifestantes que protestavam em frente à sua

mansão no dia 16 de julho. "Vocês não são professores. Torturam crianças. Abram alas que minhas crianças têm aula", reagiu, enlouquecida, a governadora. Pois é. As crianças que vivem em assentamentos tiveram escolas fechadas por ordem de Yeda. Em Porto Alegre, os filhos dos pobres estudam em escolas de lata.

A lei vale para todos?

Perante a lei, Daniel Dantas e Elton Brum da Silva têm direitos e deveres iguais. Mas alguns são "mais iguais" que outros. Nossa sociedade é marcada por um abismo social e o topo da pirâmide tem mais direitos e menos obrigações. O Estado Democrático de Direito tem regras muito caras e deve ser defendido pela cidadania. Não se pode permitir que as regras



sejam manobradas para proteger um branco rico e de olhos azuis e para fuzilar um negro pobre pelas costas.

O direito à vida é inalienável. Ninguém pode renunciar a esse direito, muito menos matar alguém. Na hierarquia constitucional, existem as chamadas cláusulas

léticas, reunidas no longo artigo 5º. Este é o artigo que sustenta, desde o início, que todos são iguais perante a lei. Todos temos direito à liberdade de pensamento e de expressão, o direito de ir e vir, o direito de nos organizarmos livremente e o direito à propriedade. "A propriedade atenderá à sua função social", diz um dispositivo desse mesmo artigo 5º (inciso XXIII).

Além da nossa lei, tratados internacionais assinados pelo Brasil também condenam a tortura, o tratamento degradante, a violação de direitos, a violência e defendem o direito de ter um trabalho decente e uma vida digna. A lei da selva é a barbárie, onde o mais forte sempre vence. Na lei dos homens, é imoral e criminoso valer-se da força para humilhar e matar o mais fraco. Pior ainda quando a força bruta e assassina é manobrada pelo Estado Policial.

Criminalização dos pobres

O aparelho de segurança pública é essencial à manutenção da ordem democrática. O Estado Policial investe contra os excluídos pelo governo de plantão. A nossa lei diz outra coisa. Temos direito a uma Polícia de Estado para prevenir, reprimir e investigar crimes de modo impessoal. O julgamento das ações policiais costuma variar conforme a vítima.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, por exemplo, afastou uma decisão sumulada da Suprema Corte (nº 691) ao deci-

dir soltar, por duas vezes, o banqueiro Daniel Dantas. Impôs ainda, em rito sumário, uma súmula vinculante (nº 13) proibindo o uso indiscriminado de algemas pelas forças policiais. Denunciou o suposto Estado Policial ao acusar um grampo que nunca foi provado. Tentou, sem sucesso, punir o juiz Fausto De Sanctis, cujo tribunal é especializado em julgamento de crimes financeiros e gestão fraudulenta.

Nas próximas páginas, você verá uma seleção de confrontos entre pessoas desarmadas com

uma polícia ideológica capaz de matar quem luta por seus direitos ou depõe contra os interesses da governadora.

Militantes de movimentos sociais e sindicalistas são os alvos de cassetetes, bombas de gás e outros recursos da tropa de choque de Yeda Crusius. As provas da perseguição política são fartas e a última delas é o cadáver de um homem, filho de pequenos agricultores, pai de uma filha, sem passagem pela Polícia, sem processo na Justiça.

Exemplos da truculência do g

Episódio 1

Em outubro de 2008, o MST realizou marcha rumo ao latifúndio Coqueiros do Sul. O juízo da comarca de Carazinho decretou o impedimento da marcha, suspendendo o direito de ir e vir. Os sem-terras resistiram pacificamente. Ocuparam a fazenda improdutiva. Foi decretada a reintegração de posse e seguiu-se a conhecida gentileza da Brigada Militar na ação de retirada. O proprietário da fazenda acusou a invasão da sede, de onde teriam sido furtados um anel, R\$ 200,00 e uma máquina fotográfica.

A Polícia Civil tem 1,8 milhão de inquéritos "em andamento". Quase nada anda por falta de efetivo, é preciso selecionar os crimes mais graves para investigar. Logo, o delegado de Carazinho entendeu ser prioridade elucidar aquele suposto furto. Com anuência do Ministério Público, em janeiro de 2009, conseguiu ordem de busca e apreensão... num assentamento regular e legal do MST. Lá, um poderoso aparato com centenas de soldados identificou, revistou e humilhou cerca de 1,1 mil pessoas que participavam de um encontro estadual.

A investida para elucidar o suposto furto custou cerca de R\$ 1 milhão aos cofres gaúchos. Não foi encontrado o anel, nem a máquina fotográfica. Talvez as moedas de todos, somadas, não totalizassem os 200 reais. A notícia que a mídia hegemônica publicou? "Foram apreendidas foices e outras armas...". Assim se constrói a imagem de perigosos criminosos e se forja terreno até para assassinar inocentes desarmados. Por essas e outras, a mídia hegemônica é, sem dúvida, cúmplice da morte de Elton, martirizado em título garrafal e hediondo de Zero Hora.

Episódio 2

Em março de 2008, a Brigada



Polícia reprimindo Marcha dos Sem de 2008

Militar cumpriu mandado de reintegração de posse numa imensa propriedade da igualmente gigante finlandesa Stora Enso, em Rosário do Sul. As humilhações e atuação típica da polícia ideológica começaram às 7 horas da manhã. Dezenas de mulheres e crianças ficaram feridas. Todos foram colocados dentro de ônibus e foram levados para Santana do Livramento. Era um dia de calor intenso. Às 19 horas, todos continuavam dentro dos ônibus: sem comida, sem água e sem atendimento médico. Essa era a ordem do comando da Brigada Militar, no caso, do coronel Lauro Binsfield.

O absurdo ainda demoraria para terminar e foi necessária ação externa para constranger e denunciar truculência comandada pela BM. Primeiro, foram retirados dos ônibus os feridos. Imagens do circuito interno da Santa Casa de Livramento mostram dezenas de pessoas, a maioria mulheres. Entre as lesões, segundo a provedora do hospital, havia marcas compatíveis com pisadas de cavalos. Os demais foram levados para um ginásio de esportes. Pequenos comerciantes foram acordados, durante a madrugada, para que água, leite e alimentos pudessem chegar aos "criminosos invasores". A despesa com alimentação foi paga por Brasília - e não pelos cofres gaúchos.

Episódio 3

No dia 11 de junho de 2008, com o coronel Paulo Mendes à frente da tropa, foi a vez de Porto Alegre ver de perto a atuação da BM. Um protesto da Via Campesina pretendia denunciar a alta no preço dos alimentos e, em seguida, marchar até o Palácio Piratini contra a corrupção no Detran e contra a criminalização dos movimentos sociais. No estacionamento de um supermercado da rede multinacional Wal Mart, que negocia alimentos para quem pode comprar, seria realizada uma cerimô-

nia mística.

Balas de borracha, gás lacrimogênio e cassetetes deixaram 15 feridos, inclusive um senhor sexagenário. A marcha foi dispersada à força. Os manifestantes, já longe do estacionamento do supermercado, foram encurralados em ruas do bairro Menino Deus. Mendes não permitiu que eles se reunissem novamente para marchar até o Palácio Piratini. Acabou com o protesto e calou a voz de quem, segundo a lei, tem o direito de se manifestar livremente, inclusive para denunciar o roubo de dinheiro público promovido por uma organização, de fato, criminosa. Doze manifestantes foram presos - e liberados em seguida, porque não houve qualquer registro criminal. Yeda elogiou a atuação da Brigada, que teria preservado a ordem pública.

Você pode discordar da opinião da Via Campesina, mas é preciso defender o direito que todos têm de se manifestar. Tal defesa, além de nossa lei, remonta ao período do Iluminismo em que, entre outros, destacou-se o filósofo Voltaire. Suas obras contra a intolerância inspiraram o lema igualdade, fraternidade e liberdade: a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Paulo Mendes, no século XXI, talvez não saiba desse capítulo da história. Sua cabeça medieval, adornada com boné brigadiano, impôs censura.

Episódio 4

O coronel Paulo Mendes, incentivado pelo apoio raivoso dos segmentos mais reacionários e atrasados que existem em nossa sociedade, decidiu botar para quebrar. Protestou? Pau. Não fez nada? A gente inventa e dá pau. Aniversário da governadora (26/07/08). A BM leva banda para tocar "Amigos para Sempre" em frente à mansão de Yeda e incomodar a vizinhança com um clássico do mau gosto musical. Em outubro de 2008, durante a Marcha dos Sem, o Cpers aproveitou para defender o piso salarial nacional do magistério, fixado em 950 reais. A governadora do "déficit zero" recorreu ao STF arguindo a inconstitucionalidade desta lei, digamos assim, perdulária. No Palácio Piratini, um helicóptero e cerca de 400 brigadianos esperavam os baderneiros de cassetete na mão.

O tumulto começou quando o coronel quis impedir a passagem de um carro de som. Balas de borracha e bombas de gás foram usadas contra gente "armada" com bandeiras. Carro de som é ferramenta lícita, típica de pro-



Dirigente da Via Campesina é preso



Polícia durante ação de desoc

testo pacífico. Sem nenhuma base legal para cometer tamanha arbitrariedade, Mendes alegou que o condutor do caminhão que circulava em velocidade baixíssima (por óbvio, pois acompanhava os manifestantes que seguiam a pé) tentou atropelar um brigadiano. Sua ação indefensável rendeu críticas públicas até de praças (soldados) da Brigada Militar. Neste dia, ele tentou um golpe contra a democracia, felizmente abortado. Mendes quis impedir atos na Praça da Matriz e delimitar locais públicos onde o cidadão estaria autorizado a protestar. Quem tinha dúvidas do significado real de sua "linha-dura" compreendeu a necessidade de barrar ideias totalitárias. Yeda, logo em seguida, deu-lhe um cargo de juiz de um "tribunal de aberrações jurídicas", apesar de ele não ter formação em Direito.

Episódio 5

Final de janeiro de 2009, o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais do RS lançou a campanha publicitária "Governo Yeda: Essa é a Face da Destruição do RS. Ela não pode continuar. Fora Yeda". A segunda etapa

governo Yeda



durante protesto no dia 11/6/2008



upação que matou Elton Brum

foi desvendada no dia 12 de fevereiro com uma grande plenária no Parque da Harmonia. Os outdoors iriam estampar a face da governadora, mas foram proibidos pela justiça e os diretores dos 10 sindicatos que compõem o FSPE estão sendo processados.

O governo se afundou sozinho. Tudo que foi amplamente divulgado na mídia foi fruto de denúncias surgidas dentro do núcleo de poder do Piratini. Pessoas que estiveram diretamente envolvidas na campanha eleitoral e depois no governo. Foram estas pessoas que acusaram o governo e a detentora do cargo de corrupção. Não foram os movimentos sociais e sindicais. O que os sindicatos fizeram foi potencializar politicamente as acusações que partiram do próprio governo. Agiram com a responsabilidade e a obrigação de quem zela pela coisa pública. O Fórum dos Servidores Públicos Estaduais cumpriu o papel que deveria ter cumprido. Além disso, com a campanha evitou-se a aprovação de projetos nefastos para o serviço público na Assembleia Legislativa e

trancou o debate da meritocracia.

Episódio 6

16 de julho de 2009. Manifestantes realizaram um protesto em frente à mansão que a governadora diz ter comprado por R\$ 750 mil - em negociação que o Ministério Público do Estado entendeu estar completamente explicada. Yeda ficou furiosa. Usou os netos para fazer pose de vítima e sua imagem, com a face transbordada, foi primeira página dos principais periódicos brasileiros. Ela acionou a tropa de choque da BM para reprimir o protesto. E assim se fez mais confusão. Três sindicalistas, uma vereadora, o motorista de um caminhão que transportava um contêiner (que a ex-secretária Mariza Abreu chama de escola) e um fotógrafo foram presos.

Foram todos levados para a 14ª DP, onde um brigadiano tentou impedir a entrada de um policial civil que foi à delegacia para acompanhar o que se passava. De lá, seguiram para a Área Judiciária, no Palácio da Polícia, onde outro brigadiano decidiu retirar, aos empurrões, a equipe de reportagem do Correio do Povo. O governo queria, a qualquer custo, o registro de um flagrante criminal. Não conseguiu. A vereadora foi liberada, porque sua participação não teria ficado clara. Contra os demais, foram lavrados Termos Circunstanciados (registro de crime de menor gravidade) por "desobediência, resistência e dano ao patrimônio".

Segundo o diretor da Área Judiciária, Alexandre Vieira, teria havido dano ao jardim da casa da governadora. "Mataram as flores e os bonsais da Walna", foi um dos comentários ácidos, ouvido enquanto sindicalistas passavam por exames para atestar lesões corporais sofridas. A presidente do Cpers, Rejane Oliveira, disse que a ação truculenta da tropa de choque quebrou-lhe um dente.

Yeda, ato contínuo, encaminhou representação criminal contra os sindicalistas para o Ministério Público do Estado. Entre outros crimes, diz a governadora, eles formam quadrilha. A 14ª DP abriu inquérito. A delegada Sílvia Regina de Souza indiciou Rejane Oliveira, a vice-presidente do Cpers, Neida Oliveira, e a vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) como responsáveis pelas injúrias e difamações, pelo dano ao patrimônio e pela tentativa de manter a governadora e sua família, supostamente, em cárcere privado. Um policial ficou espantado com o



Governadora Yeda e coronel Paulo Mendes, a avalista e o executor da política de criminalização dos movimentos sociais do RS

direcionamento da linha de investigação. Segundo ele, a delegada não conseguiu identificar nenhum brigadiano que, eventualmente, tenha empregado excesso de força contra os manifestantes. "Há notícia de que a BM plantou *miguelitos* para forjar o indiciamento de cárcere privado. Existe suspeita de uma prova falsa e isso não foi investigado no inquérito que já indiciou três pessoas", diz ele.



EXCLUSIVO

Ex-ouvidor acusa uso político das forças policiais

O senhor observa a criminalização de movimentos sociais e sindicais no estado?

Adão Paiani - Esse processo não era, no início do governo, uma coisa muito clara, mas foi se materializando com algumas ações. Estamos diante de uma postura de governo. É uma postura de confronto não apenas com movimentos sociais e entidades sindicais, mas com a sociedade como um todo. O governo Yeda Crusius, legitimamente eleito, entendeu essa legitimidade eleitoral das urnas para praticar todo e qualquer tipo de política, muitas vezes de delito como temos visto, sem ter que prestar a mínima conta para a sociedade.

O senhor vislumbra o uso político da Brigada Militar e da Polícia Civil?

Paiani - Sem dúvida. Eu estive diante de uma situação como essa, ou seja, a utilização de escutas do Sistema Guardiã para chantagem e pressão política dentro do governo e a violação do Sistema de Consultas Integradas da Segurança Pública para investigar a vida de adversários políticos. Tudo isso foi praticado pelo chefe de gabinete da governadora, que depois se envolveu num outro episódio, igualmente inexplicável, que foi a prisão do filho de um presidente de uma autarquia (Detran). A polícia é instrumentalizada pelo governo. Tanto a Brigada Militar como a Polícia Civil estão a serviço de um governo e não do Estado.

Como o senhor avalia a sindicância sobre o envolvimento do chefe de gabinete da governadora em escutas telefônicas feitas com ordem judicial?

Paiani - A sindicância materializou a total falta de transparência do governo. Eu fiz denúncias em relação ao comportamento do se-

Adão Paiani, 45 anos, é advogado criminalista. Até 2007, trabalhou na iniciativa privada e não tinha filiação partidária. Em janeiro daquele ano, foi chamado pelo então secretário da Segurança Pública Enio Bacci para compor a equipe de transição do novo governo. No mês seguinte, foi convidado para ocupar a Ouvidoria da Segurança Pública. Filho de um soldado da BM, demitido da corporação com desonra no golpe de 64, aceitou o convite. Filiou-se ao PSDB. Como ouvidor, assistiu à chegada do coronel Paulo Mendes ao Comando Geral da Brigada Militar e à sua saída honrosa para o Tribunal de Justiça Militar. Paiani foi expulso do ninho tucano em 2009, depois de ser exonerado do cargo de ouvidor e de denunciar o uso político do Sistema Guardiã e a violação do Sistema de Consultas Integradas da Segurança Pública.

Confira os principais trechos de sua entrevista.



nhor Ricardo Lied. De denunciante, passei a ser investigado. A sindicância, embora tenha se voltado contra mim e contra minha gestão na Ouvidoria, não conseguiu apontar nenhum fato desabonador. Finalizou-se depois de 700 páginas, sendo disponibilizado apenas um relatório com meia dúzia de páginas, que simplesmente terminou inconclusivo. Não aponta nada, nenhuma apuração das denúncias que fiz. Isso

é um absurdo. Francisco Luçardo era o presidente da comissão sindicante e hoje é secretário da Transparência. Ele é membro da Executiva Estadual do PSDB juntamente com Ricardo Lied. É o aparelhamento total da estrutura do Estado de uma forma desavergonhada, abusada e criminosa. Eu não tive acesso à íntegra dos autos da sindicância. Estou ingressando com pedido judicial para ter para ter esse acesso e disponibi-

lizar o conteúdo para a imprensa. A sociedade gaúcha tem que saber o que aconteceu. As práticas criminosas de agentes do governo Yeda Crusius têm que ser desnudadas.

O senhor viu ou tem notícia de inquéritos e representações criminais contra sindicalistas?

Paiani - Não vi os inquéritos, mas tenho notícia. É mais uma demonstração do processo de criminalização que chegou ao seu ápice. Temos uma instrumentalização da polícia para fazer inquéritos absolutamente tendenciosos. Não duvido que essas posturas investigativas sejam acolhidas, mais adiante, pelo Ministério Público do Estado. Não são só as forças policiais. O MPE está hoje instrumentalizado pelas forças políticas que dominam o governo do Estado. A gestão anterior a atual, do doutor Mauro Renner, foi extremamente atrelada e cúmplice das práticas deste governo. Mudou o dirigente, mas as práticas continuam as mesmas. Ressalvado um ou outro elemento isolado, não existe nenhum compromisso do MPE de exercer sua atribuição de fiscal da lei, de fiscal da sociedade.

Qual o seu prognóstico para a CPI da Corrupção?

Paiani - Certamente é a mais séria crise política vivida no estado nos últimos 45 anos. É a crise de um governo envolvido com práticas criminosas. Foi muito difícil conseguir consenso mínimo para instalar a CPI. Vai ser um embate muito duro. A oposição é minoritária. As forças do governo já estão trabalhando para que a CPI aconteça sem que se possa apurar nada. Mais do que nunca, é importante que movimentos sociais e as entidades sindicais se articulem. A CPI só vai apurar alguma coisa se for pressionada, externamente, pela sociedade.